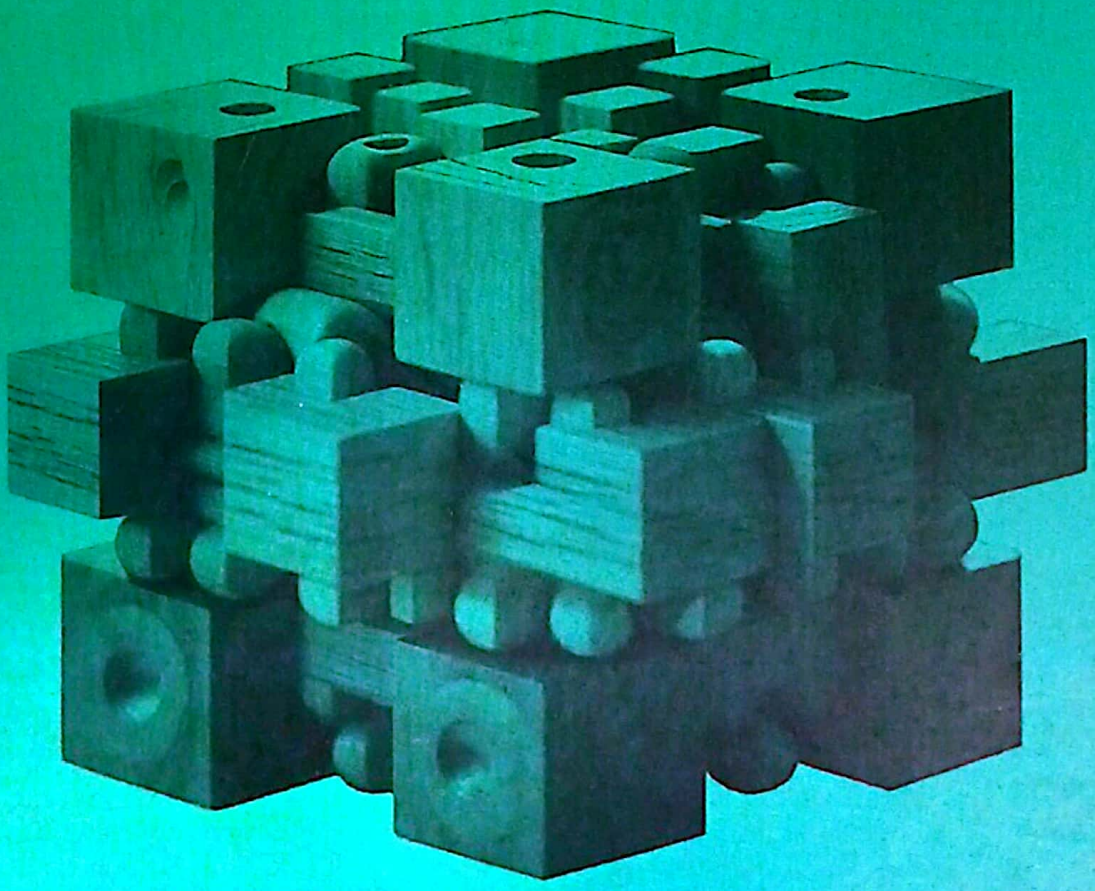
BIBLIOTECA BÁSICA / SERVIÇO SOCIAL

Diversidade sexual e de gênero e marxismo

guilherme gomes ferreira

bruna andrade irineu



Digitalizado com CamScanner

Coordenadora do Conselho Editorial de Serviço Social
Maria Liduína de Oliveira e Silva

Conselho Editorial de Serviço Social
Ademir Alves da Silva
Elaine Rossetti Behring
Ivete Simionatto
Maria Lucia Silva Barroco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferreira, Guilherme Gomes
Diversidade sexual e de gênero e marxismo / Guilherme Gomes Ferreira, Bruna Andrade Irineu. – São Paulo : Cortez, 2024. – (Biblioteca básica de serviço social ; v. 10)

Bibliografia.
ISBN 978-65-5555-529-5

1. Diversidade sexual 2. Feminismo 3. Identidade de gênero 4. LGBTQIAPN+ - Siglas - Direitos 5. Marxismo 6. Movimentos sociais 7. Políticas públicas 8. Serviço social I. Irineu, Bruna Andrade. II. Título. III. Série.

24-238012 CDD-361.3

Índices para catálogo sistemático:
1. Diversidade sexual : Serviço social 361.3

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Digitalizado com CamScanner

Capítulo 1

Sexualidade e gênero em disputa

Abrimos a discussão deste livro justamente com a ideia de disputa, entendendo que apesar de algumas reflexões parecerem bastante óbvias para nós que lidamos com o social (por exemplo, a noção de que vários aspectos da sexualidade e do gênero são frutos da sociedade — do aprendizado adquirido, do fazer histórico, da atividade dos seres humanos etc.), elas não o são para todo o conjunto da sociedade, por isso, entram numa arena de disputa pública por diferentes setores que, nessa mesma sociedade, disputam também projetos societários. Toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções investe e atravessa as questões de gênero e sexualidade (Foucault, 1988), assim como diferentes conhecimentos (biológicos, jurídicos, médicos, psicológicos, antropológicos) procuram obter respostas sobre aquilo que nesta obra trataremos pelo conceito de diversidade sexual e de gênero ou de dissidências sexuais e de gênero.[1] Afinal de contas, numa

1. Conforme já mencionado, apesar de entendermos que outras categorias teóricas poderiam expressar de forma mais crítica o debate que procuraremos estabelecer neste livro — como é o caso da noção de "dissidências sexuais e de gênero" —, optamos por muitas vezes em utilizar o termo "diversidade sexual e de gênero" por acreditar que este ainda habita mais facilmente os debates contemporâneos (da área e fora dela), ainda que a palavra "diversidade" esteja sendo utilizada para expressar ideias muitas vezes contrárias àquelas que expressamos aqui. Por exemplo, na área empresarial e das organizações, a palavra é tratada como sinônimo de inclusão no mundo do trabalho e de convivência festiva entre sujeitos plurais, relativizando seu efeito mais crítico e de manifestação

Digitalizado com CamScanner

mesa de bar ou entre familiares em casa, quem nunca participou do fundamental debate sobre essência *versus* construção, manifestado por frases como: "qual a origem da homossexualidade" ou "por quais razões uma pessoa se torna trans"?

É interessante perceber que, sobre essas reflexões cotidianas, reside um paradoxo: por um lado, é comum escutarmos das pessoas, na nossa vida miúda, que a sexualidade é algo a ser exercido "entre quatro paredes", quer dizer, um aspecto da nossa vida privada de que outras pessoas não deveriam saber. Geralmente, esse argumento é utilizado quando alguém quer defender a permanência das coisas como elas estão, ou seja, que não haja investimento em políticas públicas para pessoas LGBTI+,[2] pois "somos todos iguais"; que não tenha "beijo *gay*" na novela porque, afinal, "ninguém precisa ver isso na televisão"; ou que pessoas trans estão querendo "privilégios demais"

---

das diferenças/desigualdades, tornando o conceito fragilizado epistemologicamente — algo que, de forma semelhante, ocorreu com o conceito de "exclusão" (Silva, 2009).

2. É importante notar, conforme já adiantamos, que essa sigla está em disputa e em constante debate, passando por modificações especialmente no interior das conferências nacionais, espaços de participação social, instituídas para debater as políticas públicas e os direitos humanos dessa população. A primeira Conferência Nacional ocorreu em 2008 sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito da então Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Naquele momento, tínhamos nacionalmente a opção pelo acrônimo GLBT, ano em que invertemos a ordem das letras e passamos a utilizar LGBT por demanda do movimento de lésbicas em razão da dupla invisibilidade (Irineu, 2019). Três anos depois, em 2011, tivemos a segunda Conferência Nacional, sob o governo de Dilma Rousseff e na esteira da mesma Secretaria, em que se manteve a sigla LGBT, assim como na terceira Conferência Nacional ocorrida em 2016, ainda na presidência de Dilma Rousseff, embora nessa edição já se nomeiem também as pessoas intersexuais, assexuais e pansexuais no seu relatório final, inclusive em moção para "visibilidade às sexualidades não hegemônicas" (Brasil, 2016). A quarta Conferência Nacional, que deveria ter ocorrido em 2019 (sendo convocada pelo Decreto n. 9.453, de 31 de julho de 2008, pelo então presidente Michel Temer), jamais ocorreu, sendo revogada pelo Decreto n. 10.346, de 11 de maio de 2020, assinado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro. Desde 2016, portanto, não temos um debate público coletivo com representação dos movimentos sociais organizados para construir outra opção de sigla nacional, embora a recém-criada Secretaria Nacional LGBTQIA+ no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania já demonstre a opção por visibilizar segmentos não incorporados anteriormente nos documentos oficiais de políticas para essa população. Ao verificarmos que diversas propostas têm sido colocadas em debate, optamos pela LGBTI+ por entendermos que ela corresponde bem ao momento histórico contemporâneo, circulando com maior recorrência no contexto latino-americano e caribenho, sendo que o símbolo "+" justamente procura assinalar outras identidades sexuais e de gênero não nomeadas. No entanto, conforme dissemos, a utilização de outras siglas não está errada, fazendo parte do momento histórico de construções coletivas que temos experimentado.

Digitalizado com CamScanner

ao requisitarem o reconhecimento jurídico e social de um nome — só para darmos alguns exemplos. Por outro, essas palavras e sentidos estão sendo produzidos na arena pública, o que significa que nada fica, realmente, entre quatro paredes. Não por acaso vivemos, no Brasil, períodos recentes de retrocessos importantes na área dos direitos de pessoas LGBTI+, o que Nascimento *et al.* (2010) classificaram como uma disputa por territórios: enquanto os ativismos de gênero e sexualidade intencionam "alargar o gueto" em busca de direitos e representatividade, a resposta conservadora é de maior violência e precarização.

No campo científico, a disputa é também sobre quais elementos constituem o corpo, o sexo, a sexualidade, a identidade e o gênero; que palavras e conceitos definem melhor isso ou aquilo, que explicações tornam-se vencedoras ou são vencidas no decorrer do processo histórico. Por ser este um livro que constitui uma biblioteca básica, entendemos ser necessário introduzir alguns conceitos e palavras à leitora menos familiarizada com o tema, ainda que admitindo que não temos espaço para fazermos uma grande síntese sobre o assunto, mesmo porque precisamos, nós também, defender alguns pontos de vista.

Podemos começar dizendo que, se fôssemos simplificar a experiência humana naquilo que diz respeito à sexualidade, poderíamos dizer que ela é a síntese de quatro dimensões: do sexo, do gênero, da identidade e do desejo. O sexo, categoria que nasce das ciências biológicas[3] e que diz respeito, a partir dessa área de conhecimento, aos elementos do corpo que definiriam um membro da espécie humana em relação à sua capacidade

3. Apesar de surgir do conhecimento biológico, estamos de acordo com Cisne e Santos (2018) de que o sexo não deve ser tratado como sinônimo de dado biológico, destituindo-o de seu caráter social, como construção social e como elemento de análise das relações estruturais baseadas nele. Ao mesmo tempo que o sexo pode ser pensado em termos de elementos reprodutivos do corpo, ele possui uma história e uma narrativa social, como tratou o historiador Thomas Laqueur (2001). Simultaneamente, a utilização do conceito de gênero por nós nesta obra não significa, conforme a crítica das autoras, biologizar o sexo, mas reafirmar o potencial heurístico dessa categoria que evidencia, para nós, relações socialmente determinadas a partir de uma estrutura. Além disso, o conceito de sexo no lugar do conceito de gênero vem sendo usado por uma parcela teórica transexcludente que trata as identidades trans como um falseamento da realidade, posição absolutamente contrária à perspectiva aqui adotada, reforçando, para nós, a importância política do uso do conceito de gênero — certamente, desde uma perspectiva crítica e materialista.

Digitalizado com CamScanner

reprodutiva; o gênero, categoria sociológica emprestada da linguística e que nasce como um contraponto à noção de sexo para analisar e descrever relações sociais (desiguais) baseadas no sexo; a identidade, categoria que remete tanto ao conhecimento *psi* quanto àquele antropológico e social; e o desejo, palavra cheia de significado filosófico que nos diz muito sobre como nossa subjetividade atua ao orientarmos sentimentos (afetivos, sexuais) a outros seres humanos.

Todas as pessoas produzem processos de identificação com diferentes elementos sociais: nos identificamos com um partido político, com uma nação, com uma descendência étnica e racial, com uma etapa do ciclo vital e, portanto, também com um gênero. Esse é um processo não apenas de *autoidentificação* (por não ser só uma identidade construída *por nós*), como também de *heteroidentificação* (ou seja, a identidade atribuída *para nós*, consistindo na percepção social do outro em relação a nós) e de *autodeterminação* (quando essa dimensão aparentemente individual e que se coletiviza pela percepção do outro ganha contornos de uma coletividade politicamente organizada). Por esse motivo, precisamos entender a identidade como um processo que, ao mesmo tempo, subjetiva o social e objetiva a subjetividade, ou seja, é criado por meio de um duplo "objetividade" (mundo externo) e "subjetividade" (mundo interno). Nesses termos é que entendemos a identidade como parte de um processo social, já que acompanha o movimento da realidade e, por isso, não é estanque, nem algo de uma natureza ou essência cristalizadas; ela é consequência da atividade humana no movimento de produção da história.

Se gênero funciona, para nós, nos termos de Joan Scott (1995), como uma categoria útil tanto para analisar quanto para descrever as relações sociais entre os sexos ou baseadas no que convencionamos socialmente por sexo no decurso da história, significa que ter uma identidade de gênero é uma experiência de todas as pessoas (pois todas elas estão neste mundo, que é, há muito tempo, generificado), por mais que o termo "identidade de gênero" apareça, contraditoriamente, somente quando queremos falar de uma parcela de seres humanos, que são as pessoas trans.

Vincent Goulart (2021) chama a atenção para essa curiosa e sutil diferença entre as expressões "gênero" e "identidade de gênero": a primeira está

Digitalizado com CamScanner

em diversos lugares da vida social para separar as pessoas entre "homens" e "mulheres", enquanto a segunda funciona quase como um lembrete de que alguém possui um "sentimento de gênero", uma sensação e uma identificação com um gênero que lhe cabe na fantasia, mas não na realidade. Nesses termos, se pessoas cisgênero possuiriam "gênero", pessoas trans possuiriam uma "identidade de gênero". Essa, no entanto, é uma distinção que não faz sentido, e que só existe para subalternizar pessoas transexuais e travestis, como se somente elas produzissem o gênero na/para sua identidade.

Na sua elaboração célebre sobre *performance* e performatividade de gênero, Judith Butler (2012a) nos remete a uma série de atos cotidianos que reiteramos (por vezes, sem perceber) e que tornam o gênero muito mais algo que nós fazemos do que algo que nós somos. Assim, ao cortarmos o cabelo de um jeito em específico, vestirmos certas roupas, nos reconhecermos a partir de um determinado nome e correspondendo a certas expectativas comportamentais em torno do que é considerado masculino ou feminino (ou nenhum, ou ambos), estamos fabricando um gênero. Reside nessa afirmação, mais uma vez, o caráter social do gênero, sua condição histórica e processual, já que as normas e as estruturas de gênero que temos hoje não são as mesmas que tivemos no passado nem são idênticas por todo o mundo. Assim, podemos pedagogicamente distinguir as pessoas, como ensina Jaqueline de Jesus (2012), entre aquelas que, no seu desenvolvimento, concordaram com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento — pessoas cisgênero ou pessoas cis — e aquelas que discordaram desse gênero imposto, atribuído — as pessoas transgênero ou pessoas trans.

A constituição do conceito de cisgeneridade foi e tem sido fundamental para nomear essa parcela populacional que concorda com o gênero atribuído pela sociedade, já que a transexualidade só existe em relação à cisgeneridade, do mesmo modo que outras categorias identificatórias, incluindo aquelas da sexualidade, da etnia e da raça. O uso político dessa categoria, no entanto, não significa, como explica Sofia Favero (2019), (des)racializar e (des)sexualizar a cisgeneridade, entendendo, portanto, que a experiência das cisgeneridades precárias não invalida a existência de uma diferença entre pessoas cis e pessoas trans. Logo, todas essas categorias — passando por outras, como transexual, travesti, pessoa não binária, gênero fluido, *queer* etc. — funcionam

Digitalizado com CamScanner

como ato de nomeação e de narrativas de si, e estas também precisam ser "corporificadas" por marcadores de classe social, raça/etnia, sexualidade etc.

Vejamos a seguir dois conceitos diferentes, porém igualmente importantes sobre esse debate:

> A sexualidade é inacessível à análise política enquanto for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível (Rubin, 1984, p. 13).
>
> [...] a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de "homens" aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo "mulheres" interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos apareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição [...], *não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois* (Butler, 2012a, p. 24, grifos nossos).

Tanto Gayle Rubin quanto Judith Butler sustentam — desde diferentes perspectivas epistemológicas — o caráter social e até ficcional do gênero, do sexo e da sexualidade, demonstrando sua condição histórica e como produtos da atividade humana. A suposição de que existe um tipo de sexo ideal para um tipo de identidade e um tipo de orientação sexual (o caminho que leva um corpo com vagina a ser submisso, instável, romântico, domesticável e, consequentemente, se identificar como mulher e se atrair por homens; e outro caminho que leva um corpo com pênis a ser agressivo, racional, dominante, objetivo e, consequentemente, se identificar como homem e se atrair por mulheres) é sustentada pelo que conhecemos como heterossexismo ou heteronormatividade[4] e, consequentemente, como cissexismo ou cisnormatividade.

---

4. "Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que fazem não somente com que a heterossexualidade pareça coerente — ou seja, referência de sexualidade — senão também que ela seja privilegiada. Sua coerência é sempre

Digitalizado com CamScanner

Falamos sobre identidade de gênero e é necessário, logo, distingui-la da identidade sexual e da orientação sexual.[5] Se todas as pessoas são capazes de se identificar com um gênero (ou com nenhum gênero, procurando, na sua trajetória de vida, tentar superar esses processos de identificação tanto quanto possível), elas também possuem uma identificação com uma orientação sexual em específico, quer dizer, com uma capacidade de se sentirem atraídas sexual e/ou afetivamente por outras pessoas em termos de sexo/gênero. Disso se processam categorias como heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual etc., mas cabe aqui uma reflexão de que a partir da atração sexual e afetiva não se decorre, *imediatamente*, uma identidade sexual.

> *Nenhuma* identidade sexual — mesmo a mais normativa — é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada (Britzman, 1996, p. 74, grifos da autora).

---

provisória e o seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como uma conquista ideal ou moral" (Berlant; Warner, 2002, p. 230, tradução nossa). Já Cisne e Santos (2018, p. 44) definem o heterossexismo como "uma forma ideológica de naturalização dos sexos que organiza, estrutura e dissemina a heterossexualidade como a prática supostamente correta e única possibilidade aceitável de expressão e vivência afetivo-sexual. E, desse modo, temos uma imposição da heterossexualidade sobre as demais possibilidades de orientação sexual, que são tratadas sem aceitação e legitimidade social". Esses conceitos podem ser estendidos à noção de cisgeneridade, ou seja, podemos tratar por termos bastante semelhantes o funcionamento da cisnormatividade e do cissexismo em relação ao ideal de que uma pessoa seja cisgênero e os privilégios decorrentes dessa identidade de gênero.

5. Louro (1997, p. 26) observa que, embora confundidos, os conceitos de identidade sexual e identidade de gênero são distintos. Segundo a autora, a identidade sexual dos sujeitos se constituirá "através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as", não confundindo, entretanto, a identidade sexual com a orientação sexual, que é o desejo e o afeto que o sujeito orienta a determinada pessoa e que falará, aí sim, sobre identidades homo/hétero/bissexuais. Já a identidade de gênero, como vimos, diz respeito a como os sujeitos se identificam em termos de gênero, embora seja evidente que essas identidades estejam intimamente relacionadas e articuladas.

Digitalizado com CamScanner

A identidade sexual depende de uma elaboração, no nível da consciência, sobre as práticas sexuais e afetivas que uma pessoa constitui ao longo da sua vida e dos significados sociais atribuídos por ela sobre essas práticas. Um exemplo disso é o que passou a ser nomeado como *homens que fazem sexo com outros homens* (HSH), quando a prática do sexo entre homens não leva uma parcela populacional deles a se identificarem como *gays*, bissexuais ou pansexuais. Poderíamos tentar explicar esse fenômeno de diversas formas, mas parece-nos interessante, de novo, somente sublinhar o caráter social e construído (Haraway, 1991; Fausto-Sterling, 2002) dessas categorias. Essas são decorrentes de processos históricos, como veremos adiante.

1.1 A produção da sexualidade e do gênero como atividade humana

Thomas Laqueur (2001) afirma que, até meados do século XVIII, as ciências médicas acreditavam que haveria apenas um sexo, o masculino, e o que diferenciava as pessoas era apenas a quantidade de calor recebido no decorrer da gestação. A explicação dada consistia em dizer que a mulher grávida, ao oferecer pouco calor ao bebê, fazia com que seu órgão sexual fosse retraído para dentro do corpo, formando uma vagina. Se, ao contrário, o bebê recebesse mais calor, seu órgão sexual aflorava, aparecendo na parte externa do corpo e formando o pênis. Era uma diferença, até então, quantitativa e hierarquicamente vertical — quanto mais ou menos calor, mais ou menos próximo do corpo perfeito (o corpo que teve seu órgão totalmente desenvolvido e exposto).

No final do século XVIII, alguns médicos começam a afirmar que essa diferença dos corpos não versava sobre gradações corporais, mas que havia uma diferença mais profunda e que se aplicava a todo o corpo, externo e interno. Era uma diferença horizontal e qualitativa, não apenas física, como também moral. Decorrem daí grandes justificações que vão elaborar esse segundo sexo, o feminino, e cuja anatomia começa a ser explicada pela personalidade feminina. A mulher não só começa a ser compreendida como diferente do homem fisicamente, mas também psiquicamente, e seu lugar na sociedade deveria acompanhar essa diferença. Os binômios passividade/agressividade, emoção/razão e cuidado/rudeza começam a ganhar relevo

Digitalizado com CamScanner

na relação mulher/homem, definindo o espaço da mulher como sendo o privado, o cuidado da família e como sujeito do afeto, enquanto o homem deve ocupar o espaço público e o tino para os negócios, sendo ele o sujeito da razão. De acordo com Laqueur (2001, p. 18), "[...] há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e [...] a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis de gênero, são de certa forma baseados nesses 'fatos'".

No conjunto das transformações ocorridas nas sociedades ocidentais desde então, outras características do homem e da mulher são cristalizadas com a intenção de reiterar as diferenças de gênero. "Só as mulheres podem ser mães" e "a mulher, diferentemente do homem, possui instinto materno" são bandeiras levantadas na busca por especificidades de gênero que garantam a legitimidade do próprio binarismo homem/mulher. À medida que essas bandeiras são superadas por novos estudos e novos sujeitos, outras diferenças são procuradas na tentativa de manter, em última instância, o lugar subalterno do feminino em sociedade. Há, na atualidade, outras maneiras de substancializar as diferenças e manter essa subalternidade, como encontrar tamanhos distintos de cérebros no homem e na mulher (e demonstrar que a mulher tem menor aptidão às ciências exatas porque seu cérebro é marcado por algo que está ausente, por exemplo[6]), ou que a testosterona, hormônio que serve como metáfora de "homem", é responsável pelo desejo sexual, pelo estímulo e pelo desempenho (é o hormônio que, por excelência, potencializa e melhora) (Hoberman, 2005).

> Parece ficar nítido que há uma resistente tentativa de encobrir o gênero a partir de uma lógica da substancialização da diferença. O objeto dessa substancialização pode variar, passando por exemplo dos ovários aos hormônios sexuais. Mas a referência a algum tipo de materialização do gênero permanece intacta, ou melhor, parece ir se aprimorando a cada descoberta científica. Percebe-se a pregnância de uma necessidade de "essencialização" das diferenças entre homens e mulheres ao longo do último século, que remete necessariamente à tradição dualista que tem caracterizado a cultura ocidental moderna. Basicamente, as renovadas formas de "essencialismo" têm implicado delimitar o que

6. A obra de Wijngaard (1997) traz alguns exemplos da busca por diferenças de gênero nos corpos.

Digitalizado com CamScanner

> seria do plano natural, supostamente imutável, e o que se enquadraria no plano social ou cultural, passível de transformação. Um olhar mais atento ao discurso médico da passagem do século XIX ao XX, por exemplo, nos leva a perceber que é exatamente a instabilidade entre essas fronteiras, ou seja, a constatação da sua precariedade, que promove uma insistente reafirmação das oposições (Rohden, 2008, p. 148-149).

Podemos pensar que essa essencialização das diferenças de gênero, ou, de acordo com Nicholson (2000), esse fundacionalismo biológico — a coexistência de determinações da "natureza biológica" e de dados de comportamento —, apoia uma série de estruturas de dominação e de opressão em termos de gênero e sexualidade, entre elas, a já comentada heterocisnormatividade, mas também, a violência letal contra pessoas LGBTI+, caracterizada aqui por nós como um terrorismo de gênero e sexualidade, ou heterocisterrorismo.

Com o adensamento das desigualdades sociais provocado pela exploração cada vez mais intensa da força de trabalho e, consequentemente, das condições de vida necessárias para o provimento da dignidade humana, os processos de violência balizados pelas assimetrias entre grupos sociais distintos ganham igualmente espaço nas relações decadentes que adota a sociedade capitalista para manutenção de seu funcionamento (Tonet, 2007). Vive-se, portanto, uma época histórica em que as práticas de discriminação e de preconceito baseadas na orientação sexual ou na identidade de gênero estão cada vez mais presentes.

Se, por um lado, esse fenômeno de agravamento de violências é possivelmente explicado pela desvalorização e consequente invisibilidade a que determinados grupos discriminados são destinados historicamente a conviver, por outro, esses mesmos grupos têm, na atualidade, suas existências na vitrine de uma visibilidade perversa, o que também gera preconceito e discriminação.

> A discussão da livre expressão da sexualidade como um direito de cidadania é particularmente relevante no caso brasileiro, pois as marcas da desigualdade social reforçam aquelas da discriminação ligada à orientação sexual e às performances de gênero (Pocahy; Nardi, 2007, p. 47).

Digitalizado com CamScanner

Podemos entender a violência contra a população LGBTI+ como resultante, assim, não só do aprofundamento das desigualdades sociais e do avanço do neoliberalismo e do Estado Penal como resposta à violência e à pobreza, mas também do fortalecimento do conservadorismo e da agenda política de direita. A violência de gênero e sexualidade — manifestação de todas as formas de violência motivada pelo gênero ou sexualidade de uma pessoa — possui particularidades em relação às pessoas LGBTI+, particularidades essas que historicamente foram pensadas do ponto de vista da homofobia (e suas derivações: transfobia, bifobia etc.), conceito amplamente difundido por Borrillo (2010) como a atitude de hostilidade, ódio, aversão ou até mesmo medo no que diz respeito às pessoas LGBTI+.

Esse conceito, no entanto, acaba por tratar a questão como algo individual e subjetivo: ao mesmo tempo aponta a *fobia* como parte de indivíduos (*"o sujeito é homofóbico"*, embora possamos falar de homofobia institucional) e como algo das suas *psiques*, já que o termo fobia denota um tipo de patologia e, por isso, correspondente por excelência à dimensão da subjetividade. Tomando de empréstimo o termo heteroterrorismo cunhado por Bento (2011), partimos de uma noção da violência contra pessoas LGBTI+ como manifestação do heterocisterrorismo:

> As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: "Pare com isso! Isso não é coisa de menino!". A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada "menino não chora!", "comporta-se como menina!", "isso é coisa de bicha!", a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada (Bento, 2011, p. 552).

Assim, é possível perceber que a noção de terrorismo — a imposição da vontade pelo emprego sistemático do terror/da violência — tem elementos em comum com o machismo: a legitimação da violência, o ataque aos direitos e a dominação de um grupo sobre o outro para fazer valer a sua vontade. Nesse caso, poderíamos entender o heterocisterrorismo como todas aquelas práticas (não somente individuais, mas também institucionais, e, sobretudo,

Digitalizado com CamScanner

as ações do Estado) que utilizam reiteradamente a violência de gênero para impor a soberania heterossexual e cisgênero, instaurando o medo contínuo nas pessoas LGBTI+ ao acessarem a esfera pública. O heterocisterrorismo, diferentemente da noção de homofobia, aponta para a estrutura e para uma coletividade, além de nomear algo que é largamente utilizado pelo conjunto da sociedade e em suas instituições, o que afeta de maneira direta a vida objetiva e as subjetividades das pessoas LGBTI+.

O heterocisterrorismo inclui uma dimensão de sujeição criminal: a construção da noção de que a experiência social do sujeito é coerente com a de uma pessoa potencialmente acusável. Em outras palavras, produz incriminação, fazendo com que pessoas LGBTI+ se percebam, por exemplo, como mais suscetíveis à ação policial ou à violência, por terem experiências de gênero e sexualidade criminosas ou incriminável, ainda que não seja crime[7] no Brasil ser uma pessoa dessa população. Para Misse (1999, p. 70), só é possível pensar em sujeição criminal quando "a transgressão, cuja incriminação é socialmente justificável, desliza para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo".

A experiência de se sentir uma pessoa sujeitada criminalmente inclui também, por isso, a naturalização da violência, de modo que pessoas LGBTI+ podem ter experiências de banalização das violências experienciadas por elas. Em outras palavras, o tratamento heterocisterrorista do aparelho do Estado produz, ao mesmo tempo, o pânico de sofrer violência e a naturalização dessa mesma violência.

1.2 Batalhas morais: "ideologia de gênero" e ofensiva antidireitos

A preocupação premente com a sexualidade e com o gênero dissidentes está diretamente associada a uma forma moderna de racismo, que identifica

7. De acordo com levantamento produzido em 2023 pela ILGA World, há 67 países no mundo que criminalizam as orientações sexuais não heterossexuais. Para conhecer a *Data Base* da ILGA, acesse: https://database.ilga.org/en.

Digitalizado com CamScanner

inimigos internos com base em características biológicas, contra os quais a sociedade é instada a se proteger (Stoler, 1995). É por isso que se deve pensar a heterossexualidade como um "regime de poder", pois esse entendimento sugere que sua manifestação não é inata. Ao contrário, ela é perpetuada por meio de práticas repetidas e da reiteração dos códigos culturais tidos como "normais" pela sociedade (Bento, 2008).

Por se ancorar em uma oposição binária, esse regime político heterossexual referenda o sujeito do masculino no topo das hierarquias sexuais e de gênero. Isso ilustra o quanto a masculinidade implica a dominação das mulheres e a homofobia. Na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna um inimigo interno que deve ser rejeitado sob pena de ser (mal)tratado como uma mulher (Welzer-Lang, 2001).

Desse modo, a homofobia opera como um vigilante do gênero, sendo que a expectativa para ele é de que se apresente correspondendo ao sexo biológico, anatomicamente distinto para o que se convencionou nomear de feminino e masculino. Laqueur (2001) destaca que a diferenciação sexual, sob uma perspectiva anatômica, foi historicamente utilizada para promover a ideia de que a anatomia é um destino imutável. Assim, manter a noção de "diferença sexual" em seus regramentos, leis e normas tornou-se essencial para a coesão das nações (Irineu, 2019). Isso porque a heterossexualidade estabelece papéis socialmente atribuídos para homens e mulheres, restringindo outros sujeitos que não se enquadram nesse padrão.

Como definiu Guacira Louro (2001, p. 16): "[...] ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também restringe e discrimina". Logo, a superação da ideia de sexo como algo natural, da fixação pela anatomia e da normatividade do desejo, é um passo crucial para garantir a multiplicidade do gênero e a livre expressão sexual.

Exemplo disso é que pessoas tidas como "normais" — aquelas vinculadas aos grupos sociais hegemônicos racial, sexual e religiosamente, e em termos de classe social — têm acesso a bens e serviços, à participação social e conseguem se representar, e, por consequência, representam "outros" que não se fazem representar justamente por serem tidos como "anormais".

Digitalizado com CamScanner

Na clássica publicação de 1983, "Capitalism and gay identity", John D'Emilio (1983) afirma que as mudanças decorrentes do desenvolvimento capitalista e da modernização proporcionaram as bases para o surgimento das comunidades e da identidade *gay* modernas de várias maneiras, são elas:

(i) *processo de urbanização e migração*: o crescimento das cidades e a migração de pessoas do campo para as áreas urbanas criaram espaços mais anônimos e diversificados, onde indivíduos não normativos podiam se encontrar e se organizar politicamente;

(ii) *transformações na família e na comunidade tradicional*: a industrialização alterou a estrutura familiar e comunitária tradicional, o que permitiu uma maior independência e mobilidade para indivíduos que não se conformavam com as normas cis-heterossexuais dominantes;

(iii) *expansão dos meios de comunicação de massa*: a disseminação de jornais, revistas e, posteriormente, mídia eletrônica possibilitou a disseminação de ideias e a conexão entre pessoas com interesses e identidades semelhantes em diferentes partes do país e do mundo;

(iv) *ampliação da educação e do conhecimento*: o acesso crescente à educação permitiu que as pessoas questionassem as normas sociais estabelecidas e explorassem novas identidades e formas de relacionamento;

(v) *mercado consumidor e cultura de consumo*: o desenvolvimento do capitalismo capturou os guetos por meio de oportunidades de mercado e de uma cultura de consumo que permitiu o surgimento de espaços comerciais e produtos voltados para o público LGBTI+, oferecendo maior visibilidade e aceitação social àquelas com condições materiais para tal.

Esses fatores, entre outros, contribuíram para o surgimento e a consolidação das comunidades e da identidade *gay* modernas, fornecendo um contexto social, econômico e cultural no qual indivíduos LGBTI+ puderam se organizar, expressar-se e reivindicar direitos (D'Emilio, 1983). Portanto, o reconhecimento da diferença determinou a emergência do sujeito político LGBTI+. A "política de identidade" foi, então, o caminho em que grupos subordinados contestaram a normalidade e a prevalência das identidades consideradas o padrão normativo (Louro, 2001; Santos, 2005).

Digitalizado com CamScanner

Como em todo processo político contemporâneo, as movimentações intelectuais envolveram também o campo acadêmico. No campo dos *estudos feministas*, a transposição dos estudos sobre a "mulher" para os de gênero resultou no nítido exame crítico do determinismo biológico, fundamental para o fortalecimento do que se chamou de *estudos gays e lésbicos* em um primeiro momento. Aliada a isso, a sexualidade, como campo de conhecimento, entre encontros e desencontros com os estudos de gênero (Góis, 2003), beneficiou-se dessa perspectiva crítica que recusou os essencialismos que marcaram a preocupação científica sobre a sexualidade desde o século XIX (Soliva; Jesus; Irineu, 2023).

Esse giro teórico-político crítico aos essencialismos se soma às profundas mudanças pelas quais a sociedade global, mas em particular a brasileira, passou nos últimos 25 anos. Essas transformações não podem ser entendidas sem que se dimensione o lugar político que as discussões sobre gênero e sexualidade passaram a ocupar no debate público. Um exemplo está nas reações conservadoras às conquistas e aos avanços obtidos na agenda de gênero e sexualidade, que não tardaram e se avolumaram no que vem sendo chamado de ofensiva antigênero (Prado; Corrêa, 2018), um fenômeno global, mas com particularidades locais.

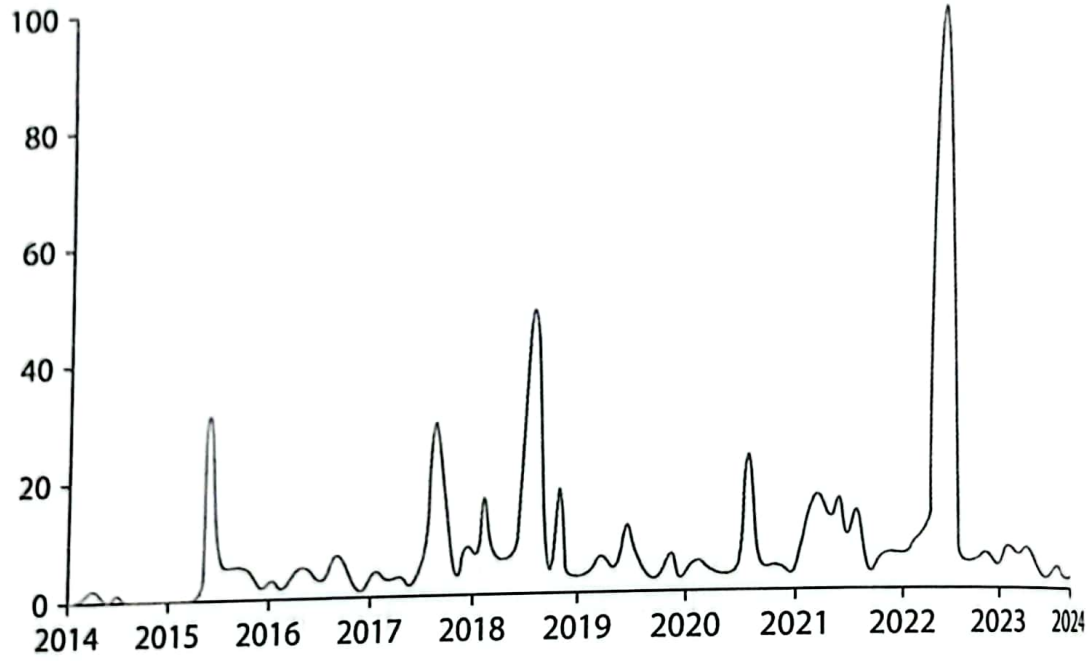
No Brasil, por exemplo, os discursos reacionários encontraram respaldo institucional durante a presidência de Jair Bolsonaro e, talvez, não seja exagerado dizer que sua eleição se deveu em boa parte à agenda moral que se sustentou no sintagma "ideologia de gênero".[8] Junqueira (2018) nos oferece elementos para entender que, nos últimos anos, nota-se a presença de um ativismo religioso, ora acompanhado de grupos laicos ou não explicitamente confessionais, que encontraram no neologismo "ideologia de gênero" uma

8. A chamada "ideologia de gênero" é exemplo expressivo de como a heteronormatividade tem encontrado força discursiva para regular corpos e subjetividades. O argumento de que a educação em diversidade compromete os valores heterossexuais procriativos e a continuidade da família assevera a crença no fato de que a diluição dos papéis feminino e masculino destruiria a integridade social (Pelúcio, 2020). Exemplo nítido do quanto a heterossexualidade obrigatória ordena a sociedade, o que nos ajuda a entender o quanto as reações aos avanços nas pautas de gênero e sexualidade vêm ocorrendo sob estratégias e táticas que envolvem ataques à reputação de sujeitos políticos determinantes na crítica à heteronormatividade.

Digitalizado com CamScanner

ferramenta retórica persuasiva para reorganizar seus discursos e estratégias de mobilização na esfera pública. A agenda antigênero passa a contar com adesões diversas atuando globalmente, como mostra o levantamento de Paternotte e Kuhar (2015). Um exemplo que ajuda a ilustrar a afirmativa, no contexto nacional, pode ser observado no Gráfico 1, que aponta o interesse pelo tema "ideologia de gênero" na busca do Google, cujos números mais altos são atingidos durante o período de pré-campanha e campanha das eleições presidenciais de 2018.

Gráfico 1 Interesse por "ideologia de gênero" na busca do Google (2014-2024).



Fonte: Dados sistematizados de pesquisa direta no Google Trends.

Velhos pânicos morais foram reatualizados de maneira consistente, valendo-se de todo um ecossistema de desinformação — as chamadas *fake news* — que recolocou na ordem do dia a "ameaça comunista", associada à ideia de "fim da família" e até mesmo de "ditadura gayzista". Bulgarelli (2018) nos ajuda a reconhecer as marcas LGBTIfóbicas e cis-heteroterroristas na construção do Estado brasileiro, o que nos permite compreender a especificidade aparição de figuras políticas na atualidade que se posicionam abertamente

Digitalizado com CamScanner

contra a agenda de temas relativos a gênero, sexualidades, pautas abertamente feministas e em defesa da população LGBTI+, entre outros.

O ano de 2017 no Brasil foi marcado por dois eventos que vêm sendo interpretados por estudiosos (Bortolini, 2022; Prado; Corrêa, 2018; Bulgarelli, 2018) como divisores da escala antigênero: (a) a abertura do *Queermuseu* em Porto Alegre; (b) e a visita ao Brasil da filósofa Judith Butler. Ocorridos um ano após o *impeachment* de Dilma Rousseff, ambos sinalizam a centralidade das disputas em torno de temas morais.

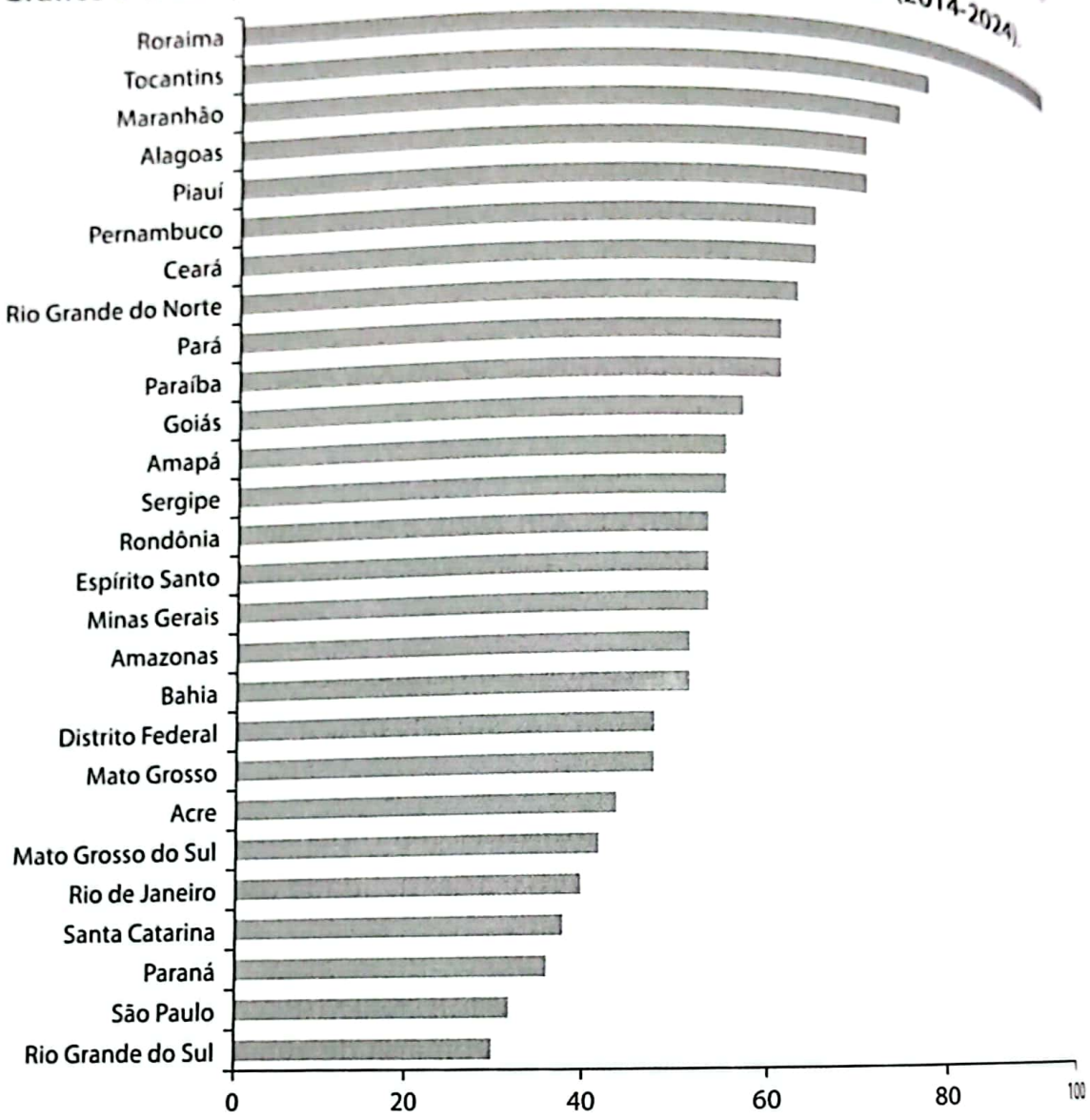
No Gráfico 2, pode-se observar que as regiões com maior busca pelo termo "ideologia de gênero" são também aquelas em que Bolsonaro teve mais expressiva votação em 2018 e 2022, assim como seus aliados e aliadas que disputaram eleições municipais, em 2020, e estaduais, em 2018 e 2022. Em algumas delas, conforme vem sendo apurado pelas investigações e pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Golpistas, também pode-se identificar maior adesão aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

A ideologia de gênero se tornou um autorizador do ataque às agendas (e pessoas) LGBTI+, de modo que elas foram se tornando uma expressão deslocada e esvaziada de sentido, utilizada como plataforma de ataque à educação e aos temas relativos à gênero e à sexualidade (Bulgarelli, 2018).

Eleito por duas plataformas, econômica e moral, o governo Bolsonaro fortaleceu um populismo que se caracteriza por seu perfil: (i) antigênero, com políticas estatais de manutenção da ordem binária de gênero; (ii) antidiversidade, estimulando o ódio a pessoas LGBTI+, indígenas e da população negra; (iii) de militarização e punitivismo, nas políticas educacionais e de segurança pública; (iv) pró-meritocracia e antidireitos sociais, expressando-se contra as políticas sociais, como cotas, distribuição de renda e o auxílio emergencial na pandemia de covid-19; (v) submisso ao capital financeiro e ao mercado, promovendo contrarreformas e políticas favorecendo empresários e, durante a pandemia, buscando lucrar com as vacinas; (vi) de radicalização autocrática, com o número expressivo de militares na gestão do governo; (vii) e, por último, negacionista, em relação à ciência e por sua programática baseada na proliferação de notícias falsas e postura na pandemia (Lacerda, 2023; Irineu, 2023b; Bortolini, 2022).

Digitalizado com CamScanner

Gráfico 2 Busca por "ideologia de gênero" por unidade federativa (2014-2024).

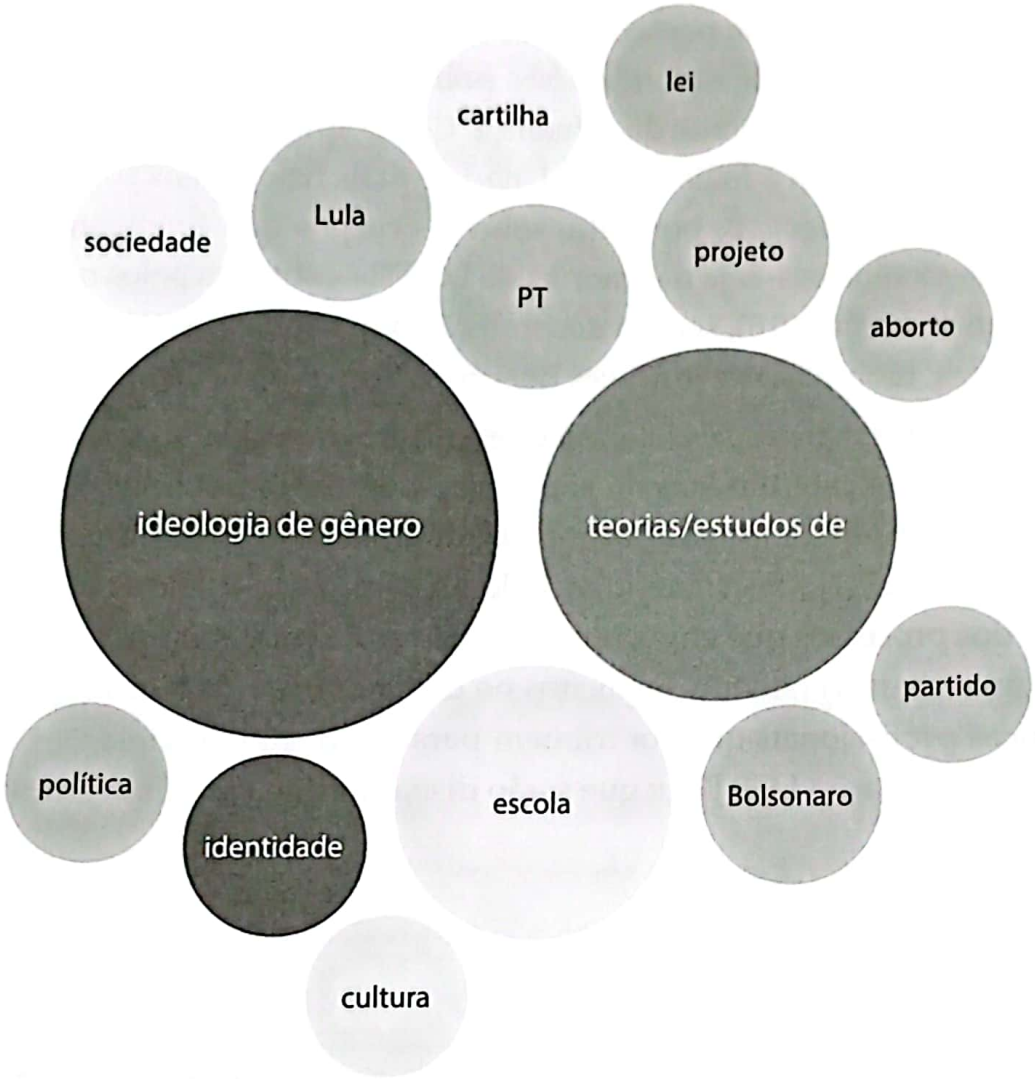


Fonte: dados sistematizados de pesquisa direta no Google Trends.

No Gráfico 3, vemos que, ao agrupar os assuntos de interesse alinhados à busca por "ideologia de gênero", consegue-se identificar uma imagem que traz os termos "cartilha" e "PT" nos levando a Fernando Haddad, quando esteve no Ministério da Educação, e os estudos de gênero a termos como "ideologia" e "homossexualidade", que de maneira geral vêm sendo despolitizados pelos setores conservadores, em especial pelo bolsonarismo. Termos que induzem à ordem, como "Lei", agrupam-se ao nome de Bolsonaro.

Digitalizado com CamScanner

Gráfico 3 Assuntos de interesse agrupados à "ideologia de gênero" no Brasil (2014-2024).



Fonte: dados sistematizados de pesquisa direta no Google Trends.

Os discursos de ódio têm ecoado e colaborado para a produção e a proliferação de grupos de extermínio de pessoas LGBTI+, especialmente pessoas trans. O ódio atinge a vida concreta das pessoas trans no Brasil, o que se reflete nos altos índices de assassinatos delas, como denunciam a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e a Rede Trans Brasil[9]

9. A Antra e a Rede Trans, duas organizações nacionais de ativismo trans e travesti, têm produzido conhecimento contrapúblico (Coacci, 2018) a partir da sistematização dos relatórios sobre o

Digitalizado com CamScanner

há muitos anos. Trata-se do crescimento das ideologias de ódio que visibilizam o racismo, a misoginia, a LGBTI+fobia e toda uma gama de opressões.[10]

As políticas sexuais perfazem e se entrecruzam às políticas do corpo, um corpo que é antes de tudo território político, no qual se fundam as lutas em torno do reconhecimento da diferença. Como aprendemos com Foucault (2007, p. 147): "Nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder". É, portanto, sobre os corpos que se engendram as marcas da violência — seja nas mortes de LGBTI+ contadas pelos movimentos sociais (Coacci, 2018), seja na desproteção que habita as estruturas socioeconômicas, biomédicas e jurídicas denunciadas pelos sujeitos políticos.

Diante das marcas da violência que constituem a vida social das pessoas LGBTI+, este capítulo buscou expressar, a partir de um cabedal teórico-metodológico, o compromisso imprimido pela direção ético-política da profissão de Serviço Social, evidenciado na compreensão, aqui partilhada, acerca dos processos que envolvem a relação entre movimentos sociais, poder público e universidade, explícitos no delineamento de teorias, políticas e práticas profissionais que contribuem para a redução de violações de direitos da população LGBTI+ e que serão discutidas nos próximos capítulos.

---

número de assassinatos contra pessoas trans na ausência de registros e dados oficiais. O Grupo Gay da Bahia (GGB) foi a primeira entidade LGBTI+ a fazer uso do "estatativismo" — estratégia de ativismo centrado na produção de dados estatísticos — para criticar as "estatísticas oficiais" elaboradas pelo Estado brasileiro, e, também, para operacionalizar as categorias de identidades que foram sendo formuladas pelos movimentos LGBTI+ (Galbieri, 2023).

10. No capitalismo, a unidade exploração-opressão se conecta fundamentalmente ao cis-heteropatriarcado e ao racismo, porque, nas relações sociais, as determinações de gênero, sexualidade, étnico-raciais e de classe se fundam de maneira indissociável. Neste livro, embora utilizemos o termo "opressões" sem destacar na escrita a unidade categorial, consideramos que: "o capitalismo não é apenas um padrão de produção: trata-se de um amplo, complexo e expansivo processo histórico-social e político-econômico. Seria, portanto, necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo (Federici, 2017) — não como legado, mas como necessidade própria do capitalismo, pois existe não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho — situação que as mulheres vivenciam de forma particular através da apropriação, opressão e exploração de seus corpos, seu trabalho e sua vida" (Barroso, 2018, p. 448).

Digitalizado com CamScanner